

PAÍS EM CHAMAS

Cidades amanheceram com céu encoberto por fumaça. Ministra afirmou que há focos concomitantes no interior de São Paulo, no Pantanal e na Amazônia, com suspeita de ações coordenadas. PF anunciou inquéritos para apurar possível crime

Governo suspeita de incêndios criminosos

» MAYARA SOUTO
» RENATO SOUZA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a ministra do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Marina Silva, afirmaram, ontem, que os incêndios registrados no país são "atípicos" e serão alvo de investigação da Polícia Federal. Eles se reuniram com outras autoridades para discutir ações de enfrentamento às queimadas. Além dos focos, o tempo seco e o vento contribuíram para que diferentes cidades brasileiras ficassem cobertas por fumaça.

Os representantes debateram as medidas de enfrentamento na sede do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em Brasília. Segundo eles, há grande possibilidade dos incêndios terem origem criminosa. "Até agora, não conseguimos detectar nenhum incêndio causado por raios, o que significa que tem gente colocando fogo na Amazônia, no Pantanal e, provavelmente, em São Paulo", afirmou Lula.

Marina chegou a comparar a situação vivida no Brasil como um novo "Dia do Fogo", como ficou conhecido o episódio, em agosto de 2019, em que fazendeiros do Pará se mobilizaram para atear fogo na Amazônia.

"Tem uma situação atípica. Você começa a ter, em uma semana, praticamente em dois dias, vários municípios queimando ao mesmo tempo, e isso não faz parte da nossa curva de experiência na nossa trajetória de tantos anos de abordagem do fogo. Do mesmo jeito que nós tivemos o 'Dia do Fogo', há uma forte suspeita de que esteja acontecendo de novo", disse.

A ministra afirmou que descarta ações criminosas combinadas. "No caso do Pantanal, a gente estava tendo ali a abertura de dez frentes de incêndios por semana. No caso da Amazônia, nós identificamos o mesmo fenômeno. E, em São Paulo, não é natural, em hipótese alguma, que em poucos dias você tenha tantas frentes de incêndio envolvendo concomitantemente vários municípios", ressaltou.

Os desafios para conter o fogo são diferentes em cada reunião. Na Amazônia, o fenômeno ocorre em florestas com árvores de 30 a 40 metros de altura — e três de diâmetro. No Pantanal e em São Paulo, as áreas são abertas e o fogo se alastra rapidamente. Segundo a legislação brasileira, a pena para quem cometer crimes ambientais é de prisão de seis meses a quatro anos, além de multa.

"O fogo não é estardal, nem municipal. O fogo está acontecendo e prejudicando o Brasil. E, quando se trata de ação criminosa, será punida com todo o rigor que a lei nos oferece", destacou a ministra.

Mineralito Júnior/CS/D.A. Press



Presidente Lula e ministra Marina Silva se reuniram com autoridades para discutir sobre enfrentamento aos incêndios. Suspeita é que queimadas tenham origem criminosa

Marcelo Ferraro/CS/D.A. Press



Fumaça no DF pode ter vindo de incêndios na Amazônia, Pantanal e Bolívia

O governo federal também mobilizou apoio ao combate das áreas de queimada em São Paulo. Estão sendo utilizadas duas aeronaves Pantera, uma aeronave Cougar, uma Super Cougar, uma SH-16 e um KC-390, com sistema para lançamento de água. Sete caminhões-pipa e 21 viaturas trabalhando nos locais afetados.

O presidente Lula pretende, nesta semana, restaurar a situação sobre as situações das queimadas no país, que ocorre semanalmente na Casa Civil, com

a presença de mais de 20 ministérios. Os governadores dos estados atingidos serão convidados a integrar a discussão.

Por meio das redes sociais, o chefe do Executivo reiterou a defesa de financiamento dos países mais ricos para enfrentar mudanças climáticas. "Mesmo aqueles que são negociacionistas não podem continuar negando a crise climática. Temos que combater as mudanças do clima com muita inteligência, investimento, inclusive com

financiamento dos países mais ricos que já devastaram suas florestas. Essa conta não pode ser apenas do Sul Global", disse.

PF investiga

A Polícia Federal abriu dois inquéritos para apurar as causas das queimadas em São Paulo. Segundo fontes, a investigação foi aberta após o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) informar indícios de que ocorreram focos de incêndio no mesmo horário, com indícios de ação coordenada.

A competência federal para investigar esses incêndios foi justificada pelo prejuízo causado ao funcionamento dos aeroportos de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto. Também haverá investigação sobre incêndios em outras regiões do país, inclusive na área da Floresta Amazônica. As Forças Armadas estão sendo mobilizadas para atuar nos incêndios em vegetação nos estados amazônicos e no interior de SP.

Além das queimadas, o tempo seco e o vento contribuíram para que diferentes cidades do país amanhecessem cobertas por fumaça. "Só a investigação vai poder identificar o que está por trás dessas ações", disse o diretor-geral da PF, Andrei Passos Rodrigues, em coletiva de imprensa. Segundo ele, serão

usadas imagens de satélite para identificar os pontos iniciais dos incêndios.

A corporação mobilizou 14 delegacias localizadas no estado de São Paulo e a diretoria de Meio Ambiente para acompanhar a situação dos incêndios no interior paulista. Os inquéritos se somam a outros 29 que já tinham sido abertos para apurar causas de incêndios em outros biomas, como no Pantanal e na Amazônia.

"O incidente não é municipal ou estadual, é um plano ambiental que deve ser apurado pela Polícia Federal. Para isso nós utilizamos também os sistemas de satélites que o Ministério da Justiça disponibiliza para que a gente consiga, a partir dessas imagens, retroceder no tempo e poder identificar o ponto inicial desses incêndios e ter mais clareza no que aconteceu", declarou o delegado.

As ações estão sendo coordenadas pela PF junto ao Ibama e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), com apoio das polícias estaduais e forças integradas de combate ao crime organizado nas 27 unidades da federação. "Toda a informação, seja ela de domínio das polícias estaduais, seja do nosso, poderão ser compartilhadas se tiverem conexão", concluiu Andrei Passos.

LEIA MAIS SOBRE QUEIMADAS NAS PÁGINAS 4, 11 E 12

Líderes se reúnem para discutir pauta verde

» DENISE ROTHENBURG

As queimadas nos últimos dias que deixaram grande parte do Brasil "defumado" foram tema da reunião de hoje dos líderes partidários que têm participação no governo, incluídos o PP e Republicanos e o União Brasil. O encontro, que serviria para discutir a pauta e acertar os pontos com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre sua transparência para as emendas parlamentares, terá, entre os assuntos, a necessidade de endurecer a legislação para crimes ambientais.

A sugestão partiu do líder do governo, José Guimarães (PT-CE), que chegou a Brasília na noite de ontem para preparar a reunião dos líderes com o chefe do Executivo, marcado para hoje, 17h. O fato de a cúpula dos Três Poderes da República ter assinado um pacto pela transformação ecológica terá peso nessa questão.

Até porque, entre os objetivos, está a "sustentabilidade ecológica: proteção do patrimônio natural de todos os biomas do país, promoção da regeneração da biodiversidade, redução e combate ao desmatamento ilegal", além do incentivo à restauração ecológica de áreas degradadas e desmatadas.

Para cumprir as metas, é preciso ter tolerância zero com quem comete crimes ambientais. "Como é que se faz um pacto que reúne os Três Poderes e fica só no 'lero-lero'?", pergunta Guimarães, na conversa com o Correio, por telefone, quando se preparava para embarcar para Brasília.

No evento da última quarta-feira, conforme lembram outros líderes, tanto o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), quanto o do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defendem a prioridade à agenda ambiental. O deputado, por exemplo, citou a "pauta verde", que inclui hidrogênio

sustentável, energia renovável e incentivos à baixa emissão de carbono.

Lira disse com todas as letras, conforme registrado no site oficial da Casa: "A coerência entre os compromissos agora assumidos e o que já vinha sendo feito é fator que aumenta a credibilidade do pacto. Mostra que esse ato é uma agenda que já está sendo implementada, pronta para avançar mais rápido".

"A proteção do meio ambiente, geração de riqueza e inclusão social estão, hoje, fortemente entrelaçadas e assim devem seguir", completou. O presidente do Senado chamou a atenção do pacto como um "passo sólido para novas normas e padrões de conduta (...) fortalece a posição do Brasil como líder na segurança ambiental, climática e alimentar. Essa é uma iniciativa histórica, fruto de alinhamento fundado no espírito público e na responsabilidade com as gerações futuras".

Ações

Embora haja uma vontade das autoridades, a pauta ambiental nem sempre emplaca quando se trata de punir malfeitos. Aliás, há dezenas de projetos em curso que tocam as leis ambientais mais frouxas, com propostas de redução da reserva legal da Amazônia, que tentam transformar campos em áreas rurais consolidadas.

Porém, diante dos fatos, a tendência dos líderes é não deixar que esses textos prosperem, especialmente, se as investigações mostrarem que essas queimadas de ontem foram deliberadas e criminosas, como ocorreu em 2019, no chamado "Dia do Fogo". Naquele ano, grupos de ruralistas combinaram, via WhatsApp, colocar fogo na floresta.

Levantamento do Instituto de Pesquisa Ambiental na Amazônia (Ipaam), três anos depois, identificou que, só no Pará, 59% da área queimada naquele agosto de

2019 viraram pastagens. Agora, com o país prestes a sediar a reunião do G-20, este ano, com as maiores economias do mundo, e, em 2025, a COP30, a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, é preciso dar uma resposta mais firme diante desses incêndios, que estão sob investigação.

E, enquanto a Polícia Federal e as autoridades ambientais fazem o seu trabalho, o Legislativo e o Judiciário têm que fazer o deles. Endurecer a legislação e acelerar a tramitação dos processos de julgamento dos suspeitos para mostrar que não há impunidade.

Os líderes do agro ainda não conversaram sobre o tema, mas, dentro do Congresso, muitos parlamentares do setor têm hoje a consciência da necessidade de preservar o meio ambiente. O apoio à ideia de Guimarães vai depender dos projetos que forem apresentados. Hoje, grande parte dos ruralistas sabe que, diante de eventos extremos de inundações e estiagens, não dá para matar a galinha dos ovos de ouro e é preciso punir quem ainda não acordou para a necessidade de mudança de hábito.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política **Página:** 2